

Ata nº 108

Aos vinte e seis dias de Março de dois mil e vinte e dois reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na sua sede, sita na Rua da Calçada nº 20, Casal da Vila, Ega, Concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Ratificação da ata da reunião anterior;

Ponto dois - Relatório de Atividades e

Contas do exercício de 2021:

- a) Apresentação e discussão;
- b) Leitura do parecer do Conselho Fiscal;
- c) Votação para aprovação dos respetivos documentos;

Ponto três - Processo das piscinas - ponto de situação;

Ponto quatro - Processo de comodato da antiga sede;

Ponto cinco - Aprovação, em minuta, a ata da presente reunião.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios, com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois, nos termos do artigo trigésimo primeiro - um dos estatutos.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão com a ratificação da ata da reunião anterior, colocando este ponto a votação foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida, passou a palavra ao Presidente da Direção que por sua vez deu a palavra ao Sr. José Pedro Nejo Antunes, contabilista certificado da Instituição, para apresentar as contas do exercício do ano de dois mil e vinte e um. Inicia a sua intervenção com a análise do balanço referido que em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um o total do ativo era de dois milhões novecentos e vinte e três mil e sessenta e quatro euros e oitenta e oito centimos (2.923.064,88€). Efetuou investimentos em ativos fixos no valor de seis mil setecentos e setenta e três euros e sessenta e três centimos (6.773,63€) na instalação de coberturas para o parque de viaturas e zona de acesso à cozinha e mil duzentos e noventa e quatro euros e cinquenta e oito centimos (1.294,58€) na aquisição de dois computadores. No final do ano transato o inventário ficou avaliado em onze mil cento e doze

euros e cinquenta e seis centimos (11.112,56€). Apresentou um saldo de sete mil setecentos e cinquenta e um euros e ~~oitenta~~ e nove centimos (7.751,79€) de créditos a receber relativos às dívidas dos utentes de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos. Teve a favor do Estado relativo ao reembolso do IVA, o valor de sete mil trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta centimos (7.365,50€). A Instituição terminou o ano com mil novecentos e vinte e um euros (1.921,00€) de quotas a favor dos seus associados. Relativamente a outros ativos correntes e diferimentos destacam-se os seguintes saldos: vinte mil oitocentos e onze euros e trinta e um centimos (20.811,31€) referente a verbas riscadas no orçamento do PIDDAC; oitenta e dois mil setecentos e oitenta e seis euros e trinta e três centimos (82.786,33€) referentes ao projeto Desafio Sênior; quatro mil e um euro e noventa e um centimos (4.001,91€) relativo ao adiamento à empresa Automóveis do Mondego para aquisição de viatura; treze mil quatrocentos e dezoito euros e quarenta e cinco centimos (13.418,45€) do Município de Condeixa-a-Nova referente ao projeto Desafio Sênior e oitenta mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete centimos (80.464,57€) do Programa CLDS 4G. No que diz respeito à Caixa e Depósitos Bancários no final de dois mil e vinte e um a Instituição apresentava trezentos e cinquenta e dois mil cento e vinte e quatro euros e dois centimos (352.124,02€) em Bancos e cento e sete euros e nove centimos (107,09€) em caixa. Esta Rubrica teve um aumento de noventa e três

mil oitocentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos (93.847,42€) face ao ano de dois mil e vinte.

O total do Passivo no final do ano transato era de duzentos e noventa e dois mil cento e setenta e cinco euros e sete cêntimos (292.185,07€) diminuído em trinta e quatro mil cento e trinta e oito euros e vinte e sete cêntimos (34.138,27€) comparativamente ao final de dois mil e vinte. No passivo corrente o Centro Social apresentava os seguintes saldos a trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um: noventa e três mil setecentos e setenta e três euros setenta e dois cêntimos (93.773,72€) referentes a subsídio de férias e encargos com a Segurança Social; doze mil seiscentos e noventa e dois euros e sessenta cêntimos (12.692,60€) referente à Taxa Social Única; quarenta mil setecentos e quarenta e oito euros e cinquenta e cinco euros cêntimos (40.748,55€) relativos a fornecedores, cento e trinta e cinco mil e trinta euros e sessenta e um cêntimos (135.030,61€) em diferimentos de rendimentos relativos ao programa (LDS 46 e ao programa Desafio Sénior. Relativamente aos fundos patrimoniais o total do fundo de Capital em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um era de dois milhões seiscentos e trinta mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e um cêntimos (2.630.879,81€). No que diz respeito à análise de demonstração de resultados e na rubrica Gastos o custo com as matérias-primas consumidas foi de duzentos e doze mil oitocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos (212.864,85€). Os gastos com fornecimentos e serviços externos também aumentou sendo de cento e noventa e

cinco mil setecentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos (195.732,45€). Os gastos com o pessoal atingiram o valor de seiscentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos (646.958,22€) uma vez que a instituição terminou o ano com cinquenta e um colaboradores, mais quatro que no ano anterior. Os gastos de depreciação dos ativos fixos no exercício de dois mil e vinte e um foi de cento e oito mil duzentos e trinta e nove euros e quinze cêntimos (108.239,15€). Em outros gastos e perdas atingiu-se um valor de novecentos e trinta e nove euros e nove cêntimos (939,09€). Na rubrica Rendimentos, a prestação de serviços resultou no valor de quinhentos e oitenta e sete mil duzentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos (587.246,48€) correspondente às mensalidades das Valências de ERPI, Apoio Domiciliário e Centro de Dia e das quotizações dos sócios que gerou um valor de dois mil quinhentos e oitenta e sete euros (2.587,00€). Os subsídios à exploração foram de quinhentos e setenta e nove mil duzentos e setenta e sete euros e treze cêntimos (579.277,13€) provenientes do Instituto da Segurança Social, do CHDS 46, da Junta de freguesia de Ega, do Município de Condeixa-a-Nova, do Instituto de Emprego e Formação Profissional entre outros. Em suma podemos referir que no ano de dois mil e vinte e um verificaram-se um total de gastos no valor de um milhão cento e sessenta e quatro mil setecentos e setenta e três euros e setenta e seis cêntimos (1.164.773,76€) e um total de rendimentos de um milhão

duzentos e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos (1.248.567,61 €) obtendo um resultado líquido no valor de oitenta e três mil oitocentos e trinta e três euros e oitenta e cinco cêntimos (83.833,85 €). De seguida o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal Joaquim Rebelo Loureiro que leu a ata número trinta e três (33) no qual foi dado parecer favorável, por unanimidade, às Contas e exercício do ano anterior. O Presidente da Assembleia colocou a votação o Relatório de contas que foi aprovado por unanimidade.

De seguida o Presidente da Direção solicitou à Técnica de Serviço Social, Dra. Anabela Monteiro para expor o Relatório de atividades. Assim, inicia a sua apresentação referindo que relativamente à caracterização da Instituição e enquadramento estratégico não se verificam alterações. No entanto no âmbito da gestão e respetivos corpos gerentes realizou-se a tomada de posse, a dois de janeiro de dois mil e vinte e um, da nova direção presidida pelo Senhor José Luís Rebelo. E deu-se a cessação da comissão de Serviços da Direção Técnica, Dra. Anabela Monteiro a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Relativamente aos Recursos Humanos verificou-se um aumento gradual de colaboradores desde dois mil e dezasseis, contabilizando se em dezembro de dois mil e vinte e um cinquenta e um (51) colaboradores na sua maioria com a categoria profissional de ajudante ação direta. Não se contabilizando duas enfermeiras com contrato de prestação de serviços e três colaboradores afetos ao programa Desafio Sénior. Deu-

- se continuidade à qualificação dos Colaboradores desenvolvendo-se as seguintes acções de formação: Prevenção e Combate a Incêndios, Primeiros Socorros, Gestão de Segurança contra Incêndios, Comunicação Interpessoal e Gestão Integrada de Recursos Humanos. A Iria Branco foi e é responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e a Ilsa Branco é a actual Encarregada Geral. Refere ainda que no ano anterior verificou-se a admissão de mais traze (13) sócios perfazendo um total de cento e noventa e oito (198) sócios. No que diz respeito à sustentabilidade foram desenvolvidos diversos procedimentos tais como: estudo de mercado para obter melhor relação/qualidade/preço; controlo de stocks com um programa informático; manutenção regular de equipamentos; manutenção de implementação do HACCP. foram implementadas medidas de desenvolvimento ambiental nomeadamente a redução de desperdício, racionalização do percurso das viaturas e a utilização dos painéis solares entre outras. Relativamente às Atividades Sociais manteve-se o atendimento à comunidade nomeadamente no apoio na alimentação, encaminhamento para apoio a acesso de prestações sociais. Deu-se continuidade à política de parcerias com a Segurança Social, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, a Comissão Local de Acção Social de Condeixa, à Equipa de Intervenção Dineta, o programa Desafio Sénior, o programa CHS 46 em parceria com a Santa Casa de Misericórdia. Quanto aos projetos desenvolvidos destacou os seguintes: Adaptar Social + desenvolvido pela Segurança Social e tem como objectivo mitigar

os custos acrescidos provocados pela pandemia COVID e que financiou despesas como os equipamentos de proteção individual para colaboradores e Utentes. O Desafio Senior tem como coordenadora a Dra. Marta Branco e em dezembro de dois mil e vinte e um estavam em acompanhamento dezasseis (16) idosos. Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 46) são da Responsabilidade da Segurança Social e o Centro Social da Ega é a entidade local executora das ações do eixo dois e três. As atividades foram programadas e desenvolvidas pela Dra. Sandra Branco, Psicóloga e pelo Dra. Maria João, Assistente Social. O Programa Operacional Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, teve em acompanhamento conforme previsto. Tem como responsável a Dra. Anaabela Monteiro e é coadjuvada pela encarregada geral, Dra. Branco. A Cantina Social em dois mil e vinte e um tinha protocolo para treze refeições por mês e entregava sete refeições por mês. A técnica ainda realçou a aprovação à candidatura ao programa PARES, ao pagamento pendente da Segurança Social para a construção da estrutura residencial para Idosos e a emotiva homenagem realizada no auditório do Museu Popos, pelo CIAS, ao Dr. Manuel Branco pela sua entrega e dedicação de longos anos à causa social. No que diz respeito às Respostas Sociais manteve-se o funcionamento e o acordo com a Segurança Social para as três valências: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos. Verificou-se o retorno de Utentes à Valência Centro de Dia e implementaram-se novos horários de funcionamento e consequente ajustamento de

serviços prestados. Assim, em Dezembro de dois mil e vinte e um o Centro de Dia tinha deztoito (18) Utentes, trinta e um (31) Utentes em Serviço de Apoio Domiciliário e quarenta e sete (47) Utentes em ERPI. Verifica-se uma maior incidência de Utentes das localidades de Casével, Campizos e Ega e com predominância para Utentes do sexo feminino. O relatório termina com a apresentação das atividades de animação diárias, semanais e anuais desenvolvidas pela Técnica Auxiliar de Serviços Sociais, em substituição, Sandra Machada. O Presidente da Assembleia colocou este ponto à discussão dos sócios, tendo o sócio Manuel Branco manifestado as seguintes apreciações: considera que o relatório de atividades deveria ter um ponto específico onde abordasse todas as dificuldades, desafios, novos procedimentos que foram necessários adotar face à pandemia COVID-19 nos últimos dois anos. Considera que a Valência Centro de Dia deverá sair do edifício da ERPI e a atual direção deveria encontrar uma estratégia para esta questão. E também considera que o relatório deveria conter referências a atividade voluntária nomeadamente do Sr. Jorge Mourais. O Presidente da Direção toma as palavras para enaltecer e reconhecer a dedicação e trabalho desempenhado pela Assistente Social Anabela Monteiro e que seria devidamente reconhecido em momento oportuno. Não havendo mais questões o Presidente da Assembleia colocou a votação o Relatório de Atividades tendo sido aprovado por unanimidade. Em relação ao ponto três da Ordem de trabalho o Presidente da Direção informa que foi realizada escritura

de permuta do posto de saúde com a piscina entre o Centro Social e a Câmara Municipal de Pondeixa no início do ano de dois mil e vinte e dois e que a partir desse momento o Centro Social já nada tem a ver com o equipamento. Mais informa que no antigo posto de saúde funciona atualmente o CLDS 4 G, o POAPMC e também irá funcionar o ATL. Refere que há ideias para aquele espaço e que já foram realizadas reuniões com o arquiteto para se perceber o que é possível ser feito naquele contexto. Para isso também será importante aproveitar os fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O sócio Manuel Branco sugere que a escritura seja publicada no site da Instituição e reforça que se pense bem na utilidade que se vai dar ao edifício tendo em conta a viabilidade e o que se deve priorizar. Relativamente ao ponto quatro desta ordem de trabalhos o Presidente da Direção informa que se assinou um contrato de comodato com os UGTS relativamente à anterior sede. Neste local está agora a funcionar a escola, dado que o edifício escolar irá entrar em obras, contudo a Câmara Municipal assume todos os custos inerentes à utilização do edifício.

O Presidente da Direção informa os sócios de que a candidatura para aquisição do ar condicionado foi aprovada e irá ser lançado concurso público para o efeito. Também irá ser elaborada candidatura para painéis fotovoltaicos no âmbito do programa de Recuperação e Resiliência. Refere ainda que no edifício da ERPI não existe um local para o arquivo morto e neste sentido estão atentos a locais que possam servir para este efeito.

O sócio Joaquim Bicho questionou a direcção relativamente à presença de enfermeiros na Instituição antes do falecimento do pai, e o motivo pelo qual três colaboradoras rescindiriam contrato com a instituição. Foi respondido pelo Presidente e pela Secretária da Direcção quais eram as enfermeiras que estavam ao serviço naquela altura e que relativamente à saída das três colaboradoras nada tinha a informar porque não lhes foram transmitidos os reais motivos da saída voluntária das mesmas. O sócio Carlos Bicho também interveio para manifestar o seu desagrado pelo facto de se imputar os custos de transporte aos utentes/familiares em situações (Covid) entre a Instituição e o Centro Hospitalar de Coimbra e vice-versa. Neste contexto, o Presidente da Direcção refere que foi feito um pedido à Câmara Municipal de apoio monetário pelos gastos efetuados a mais com a pandemia mas que até ao momento ainda não tiveram qualquer resposta. Estes custos a mais foram avaliado em cerca de quarenta mil euros e neste sentido ele irá fazer uma adenda ao pedido anterior uma vez que concorda com a posição do sócio Carlos Grilo Bicho. Da nota de agradecimento ao mesmo sócio pelo facto de o ter contactado a informar para ir buscar material de arremos e caeifos a Coimbra. O mesmo sócio quiz entregar uma carta para o presidente da Assembleia Geral ler mas, como era anónima entendeu que não devia ser lida e nem dar importância à mesma. Não havendo mais questões, o Presidente da Assembleia prosegue a reunião com a rotação do ponto cinco o qual foi aprovado por maioria tendo havido uma abstenção.

Posto isto e não havendo mais nada a tratar o
Presidente da Assembleia deu por encerrada a
sessão, da mesma se levava a presente ata
que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: José Lourenço Farias

Primeiro Secretário: Bruno Filipe Feres do Santos

Segundo Secretário: Paquel Rebelo Paulino